

## Investigado na Operação Nota Zero recebe supersalário de R\$ 157,9 mil



Investigado na Operação Nota Zero, da Polícia Federal, o diretor-geral de Infraestrutura, Administração e Apoio Escolar da Secretaria Estadual de Educação, Paulo Henrique Malacrida, teve supersalário em fevereiro deste ano, com proventos somando quase R\$ 160 mil. Ele é acusado de integrar organização criminosa que fraudava contratos e desviava recursos da Educação.

PÁGINA 3

### CUSTOS ASSISTENCIAIS

Conselho de Administração da Cassems lança pacote de medidas para reduzir despesas e agilizar o atendimento aos conveniados

PÁGINA 4

### SINPOL

Sindicato dos policiais civis lança “Operação Legalidade” em Depac

A iniciativa do sindicato visa orientar os policiais civis a realizarem somente as atribuições previstas na legislação. Constantemente o policial civil faz tarefas que são de competência de outro servidor na tentativa de agilizar o atendimento à população, porém, ao realizar atividades alheias ao cargo, o policial civil pode incorrer em crimes de usurpação de função e falsidade ideológica.



PÁGINA 6

### SINDIJUS

Encontro de Formação Sindical debateu prejuízos da Reforma da Previdência

PÁGINA 8

### ACP

Profissionais da Educação Pública Municipal rejeitam proposta de reajuste anual

PÁGINA 5

### REME

Professores aderem à Greve Geral Nacional da Educação marcada para 15 de maio

PÁGINA 5

### CORUMBÁ

Hemodinâmica e novos leitos de internação no hospital da Cassems são inaugurados

PÁGINA 4

# Operação da Polícia Federal investiga quadrilha que fraudava contratos na Secretaria de Educação de MS

O Ministério Público Federal pediu a prisão de 10 integrantes da suposta organização criminosa que fraudava licitações e desviava recursos da Secretaria Estadual de Educação. A Polícia Federal apura o envolvimento de 13 pessoas, sendo cinco funcionários estaduais, e 11 empresas com o megasquema de corrupção, mais um escândalo que marca a gestão de Reinaldo Azambuja (PSDB).

**Edivaldo Bitencourt**

www.ojacare.com.br

Os desvios ocorreram em oito contratos para adaptar as escolas estaduais ao ensino integral no ensino médio, que totalizam R\$ 9,63 milhões. Para confirmar a denúncia, feita por dois empresários, houve a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico. Policiais federais filmaram empresário pagando propina de R\$ 6 mil a um funcionário da pasta.

Para a PF, pelo menos cinco integrantes da organização criminosa deveriam ter a prisão preventiva. Além de ampliar para 10 os pedidos de prisão, o MPF requereu 37 mandados de busca e apreensão, de acordo com o delegado Leonardo Caetano.

No entanto, o juiz Dalton Kita Conrado, da 5ª Vara Federal de Campo Gran-



Superintendente da CGU e delegados da PF detalharam a operação

de, ignorou os pedidos e não determinou a prisão de nenhum suspeito. Ele só autorizou o cumprimento de 11 mandados de busca e apreensão.

Não é a primeira vez que o magistrado ignora pedidos da PF e do MPF e minimiza os indícios apresentados. Em julho de 2015, na primeira fase da Operação Lama Asfáltica, Dalton Kita Conrado negou 11 pedidos de prisão feitos pela PF e MPF, entre os quais estavam o ex-governador André Puccinelli (MDB), o ex-secretário de Obras Edson Giroto e o empresário João Amorim.

Eles só foram presos nas fases seguintes da investigação em decorrência dos pedidos terem sido acatados pelos juízes

substitutos na 3ª Vara Federal, como Monique Marchioli e Ney Gustavo Paes de Andrade. Giroto, Amorim e Elza Cristina Araújo dos Santos “celebraram” um ano presos na quarta-feira passada graças à prisão preventiva decretada pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

Já na Operação Nota Zero, deflagrada na quarta-feira (8), o juiz autorizou o cumprimento de 11 mandados de busca e apreensão. Entre os cinco funcionários da Secretaria Estadual de Educação investigados está um integrante do primeiro escalão da pasta. Nenhum teve o nome divulgado, porque o magistrado, ao contrário de outros notórios com

Entre as 11 empresas investigadas, conforme o Midiamax, estão a SDI Informática, que recebeu R\$ 12,8 milhões da administração estadual nos últimos quatro anos. A outra é a Queiroz PS Engenharia, que recebeu R\$ 5,5 milhões entre 2015 e este ano.

Durante o cumprimento da determinação judicial em uma empresa, a PF prendeu uma pessoa por porte ilegal de uma pistola, um revólver e 110 munições. Apesar de o presidente Jair Bolsonaro (PSL) ter facilitado o registro e porte de arma de fogo, o cidadão não estava de acordo com a legislação federal.

Os desvios ocorreram nas escolas de tempo integral de Campo Grande (seis), Jardim e Maracaju.

De acordo com o superintendente da Controladoria-Geral da União no Estado, Daniel Silveira,

uma das vencedoras da licitação foi criada seis dias antes do lançamento do edital pela Secretaria Estadual de Educação.

O esquema criminoso eliminava os concorrentes e garantia o pagamento dos contratos pelo valor máximo. Para ninguém perder, eles se revezavam nas licitações.

Os desvios ocorreram na gestão Tucana, que vem fechando escolas desde o final do ano passado. O Centro de Línguas na Capital foi fechado por falta de dinheiro. Agora, parte da sociedade sabe porque faltou recurso para a educação sul-matogrossense.

No comando da secretaria desde 1º de janeiro de 2015, Maria Cecília Amendola da Motta não se manifestou ainda sobre o mais novo escândalo de corrupção a atingir a administração estadual.



Desvios ocorreram na gestão Tucana, que vem fechando escolas desde o final do ano passado

# Governo do Estado pagou salário de R\$ 157,9 mil a secretário investigado na Operação Nota Zero

Investigado na Operação Nota Zero, da Polícia Federal, o diretor-geral de Infraestrutura, Administração e Apoio Escolar da Secretaria Estadual de Educação, Paulo Henrique Malacrida, teve super-salário em fevereiro deste ano, com proventos somando quase R\$ 160 mil. Ele é acusado de integrar organização criminosa que fraudava contratos e desviava recursos da educação.

**Edivaldo Bitencourt**

www.ojacare.com.br

Conforme a PF, o grupo criminoso seria integrado por 13 pessoas e 11 empresas. Os oito contratos de reforma e construção de escolas investigados somam R\$ 9,6 milhões. É mais um escândalo envolvendo a administração tucana no Estado.

O engenheiro é mais um integrante do primeiro escalão beneficiado pelas indenizações milionárias pagas no início do segundo mandato de Reinaldo Azambuja (PSDB).

De acordo com o Portal da Transparência, ele recebeu R\$ 157.940,08 em fevereiro deste ano, sendo R\$ 25.029,84 de salário e mais R\$ 132.910,24 de remunerações eventuais. Esse valor equivale a 10 salários como assessor especial da Secretaria



Engenheiro (à direita) recebeu homenagem como cidadão de Maracaju da Câmara Municipal

DETALHES	COMPETÊNCIA	ÓRGÃO	NOME	CARGO	REMUNERAÇÃO FIXA	REMUNERAÇÕES EVENTUAIS	REMUNERAÇÃO APÓS DEDUÇÕES OBRIGATORIAS
Q	01/2019	SED	PAULO HENRIQUE MALACRIDA	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E ASSESSORAMENTO	R\$ 28.033,42	R\$ 0,00	R\$ 21.353,74
Q	02/2019	SED	PAULO HENRIQUE MALACRIDA	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E ASSESSORAMENTO	R\$ 25.029,84	R\$ 0,00	R\$ 19.176,15
Q	02/2019	SED	PAULO HENRIQUE MALACRIDA	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E ASSESSORAMENTO	R\$ 0,00	R\$ 132.910,24	R\$ 132.910,24
Q	03/2019	SED	PAULO HENRIQUE MALACRIDA	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR E ASSESSORAMENTO	R\$ 28.033,42	R\$ 0,00	R\$ 21.353,74

ria de Educação nos últimos três anos, em caso de indenização.

O Jacaré procurou o Governo do Estado na manhã de sexta-feira (10) para entender os motivos do pagamento, mas não houve retorno até a publicação desta matéria.

O valor pago a Malacrida equivale ao ganho de um trabalhador pelo período

de 13 anos e dois meses. Só que o assessor especial, com status de secretário, ganhou em apenas 28 dias de fevereiro.

Sem considerar o super-salário, ele já foi contemplado com generosos reajustes nos salários pagos pela administração estadual. Em 2015, quando era superintendente na Secretaria de Educação, o vencimento era de R\$ 10.158,67.

De março de 2016 até dezembro do ano passado, ele recebeu R\$ 15.294,72. Neste ano, passou a ser um dos 28 secretários da gestão de Reinaldo e o salário teve novo salto, para R\$ 28.033,42 no mês de março, conforme último dado disponível.

Em quatro anos, o diretor-geral de Infraestrutura teve aumento de 175% no salário, enquan-

to os servidores públicos estaduais só tiveram 6,09%. De acordo com o Fórum dos Servidores, sem a mesma sorte do assessor investigado, os 75 mil funcionários acumulam perda superior a 20% desde a posse de Reinaldo.

Neste ano, o governador anunciou a suspensão do abono de R\$ 200 de 37,7 mil servidores, que, sem reajuste, teriam o salário reduzido desde abril. O governador admite que pode não dar reajuste porque estourou o gasto com pessoal, além do permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na manhã desta sexta-feira (10), Azambuja falou sobre a Operação Nota Zero. Ele disse que o Estado é vítima e merece ser indenizado pelo suposto desvio praticado pela organização criminosa identificada pela PF.

“O Estado é, muitas vezes vítima desses desvios. Nós temos é que apurar, comprovar, e punir aquele que fez algo contra o Estado. Então, a gente tem que levar isso adiante, isso é a função do bom ordenamento jurídico das instituições funcionando”, afirmou.

Por outro lado, o Governo ignorou a suspeita levantada pela PF e prorrogou contrato com a SDI



O governador anunciou a suspensão do abono de R\$ 200 de 37,7 mil servidores, que, sem reajuste, teriam o salário reduzido desde abril

Informática e Construções, uma das empresas acusadas de fraudar contratos e desviar recursos na educação. O aditivo foi feito pela Secretaria de Saúde e representa R\$ 536 mil.

“A Secretaria de Estado de Saúde (SES) informa que até o momento não há, em hipótese nenhuma, ilegalidade na prorrogação do contrato com a empresa SDI Informática e Construções LTDA”, informou em nota, divulgado pelo site.

Mais rápido do que a secretária estadual de Educação, Maria Cecília Amendola da Motta, que não se manifestou, o titular da Saúde, Geraldo Resende, comprometeu-se a suspender o contrato se houver recomendação das autoridades.

# Conselho de Administração Cassems lança pacote de medidas para reduzir despesas e melhorar fluxo de atendimento

|| Face aos constantes aumentos com os custos assistenciais, o Conselho de Administração da Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul (Cassems), apresenta pacote de medidas que visam melhorar o fluxo de atendimentos e reduzir gastos administrativos para o triênio 2019-2022. Dentre as medidas, está a construção de uma usina Solar Fotovoltaica, redução de contratos, taxas e tarifas financeiras. A expectativa é que já no primeiro mês das implantações, sejam reduzidos cerca de R\$ 523 mil e no primeiro ano R\$ 6,2 milhões.

## Da Redação

[www.servidorpublicoms.com.br](http://www.servidorpublicoms.com.br)

Para reduzir o tempo de espera por atendimento em unidades hospitalares, a Caixa dos Servidores acordou o descredenciamento das operadoras Agemed Planos de Saúde Empresarial, Bradesco Saúde e SulAmérica. A medida tem até 90 dias para entrar em vigor e, a partir daí, os hospitais Cassems de Dourados e Campo Grande não atenderão usuários desses planos.

Pensando na redução de gastos, a Cassems inova mais uma vez e adere à fonte de energia elétrica renovável. A adesão garantirá economia de, aproximadamente, 50%



As medidas entram em vigor já nas próximas semanas

no custo mensal de energia. Em cerca de 120 dias todas as Unidades Hospitalares da Caixa dos Servidores, exceto a de Três Lagoas, serão abastecidas por energia solar fotovoltaica. Energia limpa e renovável que, além de economia financeira, oferece impacto zero no meio ambiente.

A Usina Solar Fotovoltaica (um complexo repleto de módulos fotovoltaicos, ou placas solares) da Cassems será construída em Terenos. Desse com-

plexo partirá a energia necessária para abastecer a rede hospitalar.

“Administrar um plano de saúde, guardadas as devidas proporções, como o fato de a inflação na saúde ser, em média, quase 3 vezes maior que a inflação geral, é como cuidar da economia de casa. É preciso ajustar e conter gastos sempre que possível. O pacote de medidas administrativas que apresentamos tem esse objetivo: reduzir gastos e melhorar

o fluxo de atendimento. Além disso, confirmando a vocação de uma empresa inovadora, a Cassems adota o que há de mais moderno e sustentável em energia, uma grande preocupação da nossa administração em todas as obras e projetos desenvolvidos. Nós crescemos e queremos crescer muito mais, mas, sempre, prezando pelo equilíbrio e pela sustentabilidade ambiental e financeira”, explica o presidente da Cassems, Ricardo Ayache.

## Hospital Cassems de Corumbá inaugura hemodinâmica e leitos de internação

|| Uma noite para entrar para a história da saúde do povo pantaneiro. É assim que a quarta-feira (8) ficará marcada na memória dos mais de 15 mil beneficiários da Cassems das cidades de Corumbá e Ladário. Com somente cinco meses de uma grande inauguração do Hospital Cassems, a Caixa de Assistência entregou uma moderna máquina de Hemodinâmica, mais 26 leitos de internação e uma unidade Semi-Intensiva, com 4 leitos de tratamento.

## Da Redação

[www.servidorpublicoms.com.br](http://www.servidorpublicoms.com.br)

Na saudação do presidente da Cassems, Ricardo Ayache, a emoção tomou conta dos presentes, pois o mesmo

recordou quantas vidas podem ser salvas com a ampliação da tecnologia e do atendimento no Hospital Cassems de Corumbá. “Como cardiologista, sei o quanto a hemodinâmica faz falta em alguns momentos no atendimento de pacientes graves, com esse moderno equipamento muitas vidas serão salvas. Os servidores públicos ousaram e construíram, de fato, o maior e melhor plano de saúde de MS. A prova está aqui, entregamos ao povo pantaneiro um moderno hospital, equipado e com todas as condições necessárias para que não haja necessidade de remoção de muitos pacientes que tinham que ser levados às pressas para Campo Grande”, concluiu.



Presidente da Cassems e o prefeito de Corumbá

# Professores de Campo Grande aderem à Greve Geral Nacional da Educação

Os profissionais da educação pública de Campo Grande aprovaram, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária na segunda-feira (6), a participação na Greve Geral Nacional da Educação, marcada para o dia 15 de maio.

## Da Redação

www.servidorpublicoms.com.br

A decisão de Campo Grande foi levada pelos 45 delegados que participaram da Assembleia Geral da Fetems, na terça-feira, e na Federação os trabalhadores da educação de MS também aprovaram a Greve Geral da Educação.

O indicativo de Greve Geral foi aprovado em março, durante o Conselho Nacional de Entidades da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), como um dia de luta em defesa dos trabalhadores e da educação pública. No entanto, com a ampliação do desmonte da educação, a pauta foi ampliada e os trabalhadores protestam contra a Reforma da Previdência; os cortes dos orçamentos da Educação Pública, básica e superior, e contra a desvalorização das Ciências Humanas. A pauta local ainda inclui a defesa do Piso 20h dos professores, a manutenção do abono e o fim do congelamento de salários dos adminis-



Profissionais da educação aprovaram por unanimidade a participação na greve geral

trativos da educação.

No ato do dia 15 serão realizadas ações articuladas com trabalhadores e comunidade dos Institutos e Universidades Federais, que também estão sendo gravemente afetados pelos cortes no

orçamento da educação.

“A luta contra a Reforma da Previdência e o desmonte da educação é urgente. Os cortes de 30% dos investimentos na educação superior e 40% na educação básica são graves ataques à classe

trabalhadora brasileira, que ameaçam o desenvolvimento do país, a formação humana e social, a pesquisa científica e a vida das brasileiras e brasileiros. A educação vai parar!”, afirma o presidente da ACP, professor Lucílio Nobre.



Na terça-feira (7) profissionais da Educação Pública Municipal de Campo Grande rejeitaram a proposta da Prefeitura de correção anual do Piso Salarial do Magistério

## PISO 20H REME

### Professores rejeitam primeira proposta da prefeitura da Capital

Os profissionais da Educação Pública Municipal de Campo Grande rejeitaram, por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária de terça-feira (7), na ACP, a proposta de correção anual do Piso Salarial do Magistério da REME – Rede Municipal de Ensino.

Após dois meses de reuniões entre a direção da ACP e equipe do Poder Executivo, composta por secretários municipais de Gestão, Finanças e Educação, a Prefeitura apresentou a primeira proposta no dia 30 de abril. O documento prevê apenas a integralização da correção anual de 2019, escalonada, entre os meses de outubro (0,50%) e dezembro (3,65%) deste ano. A data-base dos professores é no mês de maio.

A proposta foi severamente criticada pelos professores e a direção da ACP reforçou o peso da legislação que estabelece o Piso 20h. “Nós defendemos a manutenção de uma política salarial de valorização do magistério, nossa luta histórica, que está garantida na Lei Federal n. 11.738/2008 e Municipal n. 6.026/2018. Disso a categoria não abre mão. Esperamos avançar no diálogo e entendimento com a prefeitura, para o cumprimento do Piso 20h”, argumentou o presidente da ACP, professor Lucílio Nobre.

A Assembleia também deliberou a continuidade nas tratativas com a prefeitura, aprovando uma contraproposta que foi enviada à prefeitura na quarta-feira (08), cobrando que o prefeito Marquinho Trad cumpra a Lei Municipal n. 6.026/2018, que estabelece a integralidade total do valor do Piso Nacional, ao Piso Municipal do Magistério.

Atualmente, o passivo para a equiparação ao Piso Nacional corresponde a 21,17%.

# Sinpol lança “Operação Legalidade” na Depac Centro

|| Na quarta-feira (8), o Sinpol-MS lançou a “Operação Legalidade” nas delegacias de Mato Grosso do Sul que visa orientar os policiais civis a realizarem somente as atribuições previstas na legislação. O presidente do sindicato, Giancarlo Miranda, explica que constantemente o policial civil faz tarefas que são de competência de outro servidor na tentativa de agilizar o atendimento à população e diminuir a falta de efetivo que existe na Instituição. “Nos desdobramos para adiantar a investigação, diminuindo a burocracia, para dar uma resposta mais rápida à população. Porém, nosso empenho não é valorizado. Temos índices de primeiro mundo em resolutividade de crimes, porém um dos piores salários do Brasil e o descumprimento de direitos, que acabam desmotivando a categoria”, afirmou Giancarlo. A promoção funcional referente ao ano de 2018 está há mais de 340 dias sem a conclusão.

## Da Redação

[www.servidorpublicoms.com.br](http://www.servidorpublicoms.com.br)

De acordo com a legislação, o servidor público somente pode realizar as funções que a legislação lhe determina. Ao realizar atividades alheias ao cargo, o policial civil pode incorrer em crimes de usurpação de função e falsidade ideológica. Recentemente, o Ministério Público Estadual denunciou um policial



Constantemente os policiais civis fazem tarefas que são de competência de outro servidor na tentativa de agilizar o atendimento à população



A “Operação Legalidade” foi realizada na Depac Centro em Campo Grande



Giancarlo Miranda durante a “Operação Legalidade”

civil por falsidade ideológica devido a praticar atos alheios a sua função legalmente instituídos.

Os diretores do Sinpol-MS percorreram as delegacias de todo o Estado distribuindo panfletos e mobilizando a categoria. A “Operação Legalidade” foi realizada na Depac Centro em Campo Grande.



Policiais civis de MS têm um dos piores salários do Brasil



Diretores do Sinpol percorreram as delegacias do Estado

# Policiais protestam contra reforma da Previdência: 'se não é boa para os militares, não é boa para nós'

Representantes da Polícia Civil, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal no Rio Grande do Sul realizaram na manhã de terça-feira (7), em Porto Alegre, um protesto contra a reforma da Previdência proposta pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL). Durante o ato, que sucedeu assembleia unificada das categorias realizada na Casa do Gaúcho, lideranças sindicais destacaram que a reforma vai afetar as categorias, com aumento da idade mínima e das alíquotas tributárias — o que foi chamado de confisco salarial no ato —, e traçaram um paralelo entre a proposta do governo para as forças de segurança e para os militares.

**Luís Eduardo Gomes**  
www.sul21.com.br

“Se a reforma não é boa para os militares, não é boa para as polícias. Nós, que arriscamos a vida todos os dias, queremos a mesma Previdência dos militares”, diz Isaac Ortiz, presidente do Ugeirm, sindicato dos policiais civis do RS.

A reforma estabelece uma idade mínima — hoje não existente — de 55 anos para policiais civis, federais e agentes penitenciários e eleva o tempo mínimo de contribuição em 30 anos para homens e 25 para mulheres, sem regra de transição. Desse período, ho-



Representante das polícias Civil, Federal e Rodoviária Federal participaram de protesto contra a reforma da Previdência em Porto Alegre

mens precisarão cumprir 25 no exercício de função policial e as mulheres 20. Já a reforma proposta em separado para as carreiras militares, apesar de também elevar a idade mínima e o tempo de contribuição, mantém a integralidade a paridade da aposentadoria. Isso significa que os militares inativos receberão o mesmo soldo do que os da ativa, algo que já não vale para as demais carreiras da segurança.

Presidente do Sindicato dos Policiais Federais no Rio Grande do Sul (Sindpef-RS), Julio Cesar dos Santos também criticou a diferenciação criada entre servidores da segurança pública e militares. “Eu tenho falado que os militares possuem a sua peculiaridade nas suas atividades, mas eles se preparam para a guerra,

e os policiais vivem em guerra no dia a dia, com altos índices de criminalidade, com mortalidade dos policiais, não apenas quando estão em serviço, mas também quando estão de folga. Simplesmente morrem por ser policiais”, diz. “Não é justo que a atividade de risco a qual nós nos submetemos seja retirada pelo governo federal nessa proposta”, acrescenta o presidente do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Rio Grande do Sul (Sinprf-RS), Maicon Nachtigall.

Durante a caminhada, os policiais também destacaram que a reforma abre a possibilidade de aumento da alíquota previdenciária de todas as carreiras, hoje limitada a 14%. Ortiz destacou que, caso a reforma passe em Brasília, o governador

Eduardo Leite (PSDB) já se manifestou favorável a uma contribuição extra, o que para os servidores é um “confisco salarial”. No ato, argumentou-se que a contribuição extra poderia elevar a alíquota previdenciária dos funcionários públicos para 22% do salário. Outro ponto criticado pelos policiais é de que a pensão por morte passa a ser limitada pelo teto do regime geral da Previdência e reduz de 100% do salário da ativa para 50% mais 10% por dependente, limitado ao teto.

Santos pondera ainda que a reforma acabará por promover o envelhecimento das polícias, o que, para ele, prejudicará o enfrentamento ao crime. “O que vai acabar ocorrendo é o envelhecimento das polícias, sendo que o crime é cada vez

mais jovem, então isso vai acabar prejudicando principalmente a sociedade”, diz.

O protesto, que contou com a participação de centenas de trabalhadores da segurança pública, percorreu diversas ruas do Centro de Porto Alegre e foi encerrado diante do Palácio Piratini, onde os representantes das categorias esperavam apresentar ao governador a posição contrária à reforma.

Para Ortiz, o ato de terça-feira é o pontapé inicial da mobilização contra a reforma, que ele classificou como uma “barbárie”. Para este dia 13, está convocada uma paralisação das forças de segurança no Rio Grande do Sul. Outra manifestação contra a reforma está marcada para o dia

21, em Brasília. “Nós não vamos aceitar essa reforma da maneira que o governo Bolsonaro está propondo. Não queremos essa reforma, ela é escravagista, destrói a estabilidade da segurança pública, destrói qualquer plano de segurança pública desse País. Então, não aceitamos que um governo que se elegeu dizendo que a segurança pública seria prioridade não priorize o trabalhador da segurança”, diz.

Nachtigall também defendeu que a luta contra a reforma precisa se ampliar para as demais categorias que serão afetadas por ela. “Os trabalhadores brasileiros precisam se unir contra essa proposta nefasta de reforma da Previdência que visa a escravização dos trabalhadores brasileiros”, afirma.

# Encontro de Formação Sindical do SINDIJUS debateu prejuízos da Reforma da Previdência

Os delegados sindicais e filiados de diversas comarcas do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (SINDIJUS-MS) debateram os prejuízos da Reforma da Previdência juntamente à palestrante Andreia Ferreira, economista do DIEESE/MS (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos de MS), durante o Encontro de Formação Sindical, realizado na tarde de sábado (27/04), no auditório do Sindicato, em Campo Grande (MS).

## Da Redação

[servidorpublico.ms@gmail.com](mailto:servidorpublico.ms@gmail.com)

O presidente Leonardo Lacerda realizou a abertura do evento às 14h30 dando introdução à Re-



Encontro de Formação Sindical debateu os prejuízos da Reforma da Previdência juntamente à palestrante Andreia Ferreira, economista do DIEESE/MS

forma da Previdência - Proposta de Emenda Constitucional n°. 06 de 2019 (PEC 6/2019), ressaltando que o projeto inicial atinge sim os servidores públicos ativos e aposentados, dúvida frequente de muitos servidores do Judiciário.

Em seguida, Andreia des-

trinchou os tópicos da Reforma, dando exemplos aos participantes de como é e como será, caso a proposta seja aprovada sem alteração.

“O DIEESE, entre outros órgãos de pesquisa, desde 2016 tem divulgado com maior frequência estudos que auxiliem

as pessoas a entender o que pode acontecer se a proposta de alteração constitucional, que é o que a PEC propõe, for aprovada”, ressaltou a economista.

“Diante de tanta desinformação, o que inclui as fake news, é importantíssimo que as pessoas consultem fontes confiáveis para daí chegar às próprias conclusões sobre um tema tão importante quanto a Previdência”, complementou Andreia.

A diretora Adriana ressaltou a importância da formação sindical com o objetivo de construir um Sindicato mais for-

te. “É preciso resgatar a história e as conquistas do movimento sindical, despertar o gosto pelo debate não apenas por questões relativas ao ambiente de trabalho, pelo engajamento sindical, pela política, pelo questionamento sobre o rumo da economia, e por fim, despertar o comprometimento pautado na ética cidadã e na valorização do coletivo. E para que tudo isso aconteça, é preciso fortalecer nossas lideranças e despertar o florescimento e a capacitação de novos líderes”, disse.

“Por isso, a formação integral e permanente dos

agentes sindicais, desde a base até os dirigentes, visando não só fortalecimento das atuais lideranças, como engajamento de novos filiados e florescimento de novos dirigentes é de fundamental importância para a sobrevivência do movimento sindical”, pontuou Adriana.

Por fim, foram entregues certificados aos filiados e realizado o sorteio de um tablet aos participantes, tendo como ganhador o filiado Alan Krewer, da Comarca de Ponta Porã. Ainda no término do evento, por volta das 17h, foi servido coffee break.



**GUAICURUS**  
**GRÁFICA RÁPIDA**  
3387-9448 - 991042489 - 99344-1179

**CARIMBO AUTOMÁTICO**



R\$ **30**,00

Carimbo automático  
Nyxon 301 / 302

**FIQUE POR DENTRO**

[servidorpublicoms.com.br](http://servidorpublicoms.com.br)

